

OS DESAFIOS NA CRIAÇÃO DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM OLHAR A PARTIR DA META 18 DO PNE E PME

Amanda Carla Daluz Oliveira¹; Camila Viana de Oliveira²; Ellen Vitória Pereira Silva³;
Maria Vitória da Penha Silva⁴; Francisca Edilma Braga Soares Aureliano⁵.

INTRODUÇÃO

No cenário atual das políticas públicas, um dos maiores desafios é o reconhecimento dos profissionais da educação. A Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) trata da criação de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior das redes públicas de todos os sistemas de ensino. Essa meta busca assegurar formação continuada para os professores, melhores condições de trabalho e salários justos.

Para que essa meta seja eficaz, é necessário um planejamento educacional que organize as ações do governo, bem como na “construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc” (Oliveira, 2010, p. 5).

No entanto, a realidade do que está escrito em lei está em desacordo com quem a coloca em prática, pois “A presença soberana dos interesses do legislador causa grande distância entre a elaboração e a execução da política educacional” (Silva; Santos, 2022, p. 187).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar como a Meta 18 do PNE está sendo desenvolvida no município de Catolé do Rocha, por meio de uma pesquisa documental, com a finalidade de observar se o município possui planos de carreiras eficazes e quais são os maiores desafios para colocar a meta em prática.

METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter documental, complementada pela realização de uma entrevista semiestruturada com a Secretária Municipal de Educação de Catolé do Rocha, possibilitando a compreensão da implementação da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) no contexto local.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Martins, RN, Brasil, e-mail: carlaamanda988@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: camila20240001046@alu.uern.br

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: ellenvitoriapereira4@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: Vitoriasilvavs1912@gmail.com

⁵ Professora Doutora do Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu da UERN, e-mail: edilmaaureliano@uern.br

A pesquisa documental foi realizada a partir da análise de documentos oficiais relacionados à política educacional, especificamente o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Catolé do Rocha. “A característica da pesquisa documental consiste no uso de documentos como fonte principal de coleta de dados, sendo esses escritos ou não, constituindo-se como fontes primárias” (Lakatos e Marconi, 2003, p.174). Dessa forma, a análise teve como objetivo comparar como a Meta 18 do PNE está prevista e sendo desenvolvida no âmbito municipal, identificando avanços e desafios na efetivação dos planos de carreira.

Para complementar a análise dos documentos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Secretária Municipal de Educação, no período da realização da pesquisa, buscando compreender como as diretrizes previstas nos planos educacionais são aplicadas na prática. As informações foram analisadas de forma qualitativa, levando em conta os documentos e o relato da secretária.

A abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão do fenômeno estudado em seu contexto natural. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Bogdan e Biklen, apud Ludke e André, 1986, p.11). A análise seguiu todos os preceitos éticos, realizando a entrevista mediante o consentimento da gestora e utilizando o uso das informações fornecidas apenas para fins acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As escolhas governamentais voltadas para educação passam a ser chamadas políticas públicas educacionais, envolvendo tudo o que o governo decide que beneficiará ou afetará o ambiente escolar. Isso mostra que as decisões como melhores salários, espaços adequados e valorização dos profissionais da educação estão relacionados a essas políticas, e que a presença ou ausência do poder público pode impactar diretamente a qualidade da educação.

Um exemplo dessas políticas é o Plano Nacional de Educação (PNE), que traz metas para garantir uma educação mais justa e equitativa. “Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (Oliveira, 2010, p.5).

Nesse sentido, pode-se dizer que a profissão docente depende inteiramente de um bom planejamento educacional, desde as camadas mais altas do governo de onde vêm os recursos até a atuação docente dentro de sala. No entanto, para entender o que a sociedade precisa é necessário que ela tenha voz e se sinta representada nos seus interesses. “O planejamento educacional deixa de ser a representação organizada da vontade da sociedade e passa a ser usado como instrumento de legitimação dos interesses dos grupos hegemônicos” (Silva; Santos, 2022, p. 200). No campo educacional, por exemplo, quando um governo disponibiliza verbas para a construção de novas escolas ou rejeita pagar um salário justo para os professores, isso mostra que a omissão também é algo político e as ações negativas também fazem parte de uma política pública, prejudicando, nesse caso, a população.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma política fundamental, pois estabelece metas para a melhoria da educação em um período de 10 anos, servindo de apoio para guiar estados e municípios de acordo com os objetivos propostos. A meta 18 do PNE destaca a importância de valorizar os profissionais da educação colocando como prioridade a criação de planos de

carreira, visando estabelecer que esses profissionais tenham formação continuada e condições de trabalho dignas. Nesse contexto, discutir a valorização profissional, a formação continuada, o direito do piso salarial e o reconhecimento social dos educadores torna-se essencial.

Além disso, o plano de carreira possibilita a progressão salarial e o reconhecimento por mérito e tempo de serviço. Para que essa meta fosse colocada em prática nos municípios é necessário não só um planejamento educacional, mas também que o governo destine recursos para que essa meta seja cumprida. “A expansão qualificada da educação básica como um todo terá que contar com um aumento da relação entre Produto Interno Bruto e Educação e com uma boa gestão dos recursos em todos os escalões.” (Cury, 2008, p. 301). Nesse sentido, é crucial uma boa gestão municipal, para gerir os recursos enviados pelo governo e saber destinar para a educação e assim se fazer cumprir as metas do PNE.

Com isso, pode-se destacar que a meta 18 no PNE corresponde a meta 19 do PME da cidade de Catolé do Rocha - PB, onde foi realizada a análise comparativa com PNE.

Sob essa perspectiva, é fundamental que o planejamento educacional municipal contemple com prioridade a formação continuada e a implementação efetiva de planos de carreira. Esses instrumentos não apenas promovem a valorização docente, mas também oferecem meios para que os professores se desenvolvam profissionalmente.

No entanto, a realidade de muitos profissionais da rede pública é marcada por jornadas exaustivas, que dificultam o acesso a oportunidades de qualificação. Sem tempo institucionalizado para formação e sem incentivos atrelados à progressão na carreira, o aprimoramento torna-se uma meta distante para muitos docentes. Esse entendimento é reforçado pelo Ministério da Educação ao afirmar que “Não se pode falar em um padrão nacional de qualidade para a educação sem um grande esforço de valorização e profissionalização.” (Brasil, 2016, p. 11).

Com as investigações, percebemos que quase todas as estratégias requeridas nesta meta, tiveram o seu desenvolvimento concluído, como a Estratégias 18.1 que refere a criação ou adequação dos planos de carreira; Estratégia 18.3 que garante o piso salarial nacional e a Estratégia 18.4 sobre a progressão na carreira com base na formação.

Entretanto, a Estratégia 18.2 que diz respeito à valorização de todos os profissionais da educação, teve seu cumprimento de forma parcial, pois teve alguns servidores da educação que não foram contemplados, apesar de terem recebido o quinquênio, que é considerado um avanço também.

Da mesma forma, a estratégia 18.5 que prevê a instituição de conselhos de acompanhamento que não teve sua efetivação por ser frágil e por atribuir a responsabilidade do monitoramento o conselho do FUNDEB.

Diante disso, conclui-se que, embora existam esforços para implementar as diretrizes do PNE, ainda tem sido desafiador obter uma conclusão efetiva na valorização de todos os profissionais da educação e também no funcionamento dos órgãos na fiscalização, acompanhamento e análise nas políticas públicas.

CONCLUSÕES

Este resumo expandido tem como objetivo compreender como a Meta 18 do Plano Nacional de Educação é considerada e implementada no contexto local.

Identifica-se que algumas estratégias previstas na meta são efetivamente concluídas, como a Estratégia 18.4, apresentando avanços na valorização profissional por meio da formação e do tempo de serviço, embora ainda existam desafios na aplicação da avaliação por desempenho.

Verifica-se que algumas estratégias continuam enfrentando dificuldades, uma vez que a Estratégia 19.2 é cumprida para os professores, mas não contempla plenamente outros profissionais da educação, como os da limpeza, que não possuem plano de carreira, apesar de receberem o quinquênio.

Conclui-se, portanto, que as análises evidenciam a necessidade de integrar teoria e prática na avaliação das políticas públicas educacionais, com foco na valorização de todos os profissionais da educação.

Palavras-chave: Plano de carreira; Profissionais da educação; Valorização docente; Políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planos de carreira e remuneração: contribuições para a elaboração e a revisão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública. Brasília: MEC/SASE, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (Orgs). **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

SILVA, Luciene Amaral da; SANTOS, Inalda Maria da. Planejamento educacional no Brasil: os planos de educação como forma de organizar a educação nacional. **Aurora: Revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.15, n.45, p. 187-205, setembro-dezembro 2022.